

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**DO DIA 12-11-2015**

**Presidente**

- Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues

**Vereadores**

- Carlos Manuel de Melo Pimentel
- Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental
- Arnaldo Branco Raposo de Amaral
- Gonçalo Patrício Fontes Dias
- Mário Rui Melo Braga
- Sabrina Marília Coutinho Furtado

**Secretário**

- Duarte Manuel Carreiro Pacheco Pimentel

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**DO DIA 12-11-2015**

----- Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, pelas 10:00, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em reunião Ordinária a Câmara Municipal, sob a presidência de Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, com a presença dos vereadores, Carlos Manuel de Melo Pimentel, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Arnaldo Branco Raposo de Amaral, Gonçalo Patrício Fontes Dias, Mário Rui Melo Braga e Sabrina Marília Coutinho Furtado. -----

----- Secretariou a reunião o Chefe de Divisão, Duarte Manuel Carreiro Pacheco Pimentel. -----

----- A Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e do respectivo edital, é a seguinte: -----

**INDÍCE**

ORDEM DO DIA

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

(DL 100/2015) - PROC. N.º 553/2015 - Junta de Freguesia da Ribeira Seca - Delegação de competências - Transporte Escolar

(DL 101/2015) - PROC. N.º 1043/2015 - Junta de Freguesia de Água d'Alto - Propostas de celebração de contratos de delegação de competências e acordos de execução - Transportes escolares

(DL 102/2015) - PROC. N.º 1801/2015 - Junta de Freguesia de São Miguel - Solicitação de Delegação de Competências 2015 - Manutenção do Relógio Municipal

(DL 103/2015) - PROC. N.º 5015/2015 - Junta de Freguesia de Água D'Alto - Reparação do "Fontanário da Bica" - Pedido de apoio financeiro

(DL 104/2015) - PROC. N.º 5534/2015 - Junta de Freguesia da Ribeira das Tainhas - Delegação de competências - Transporte Escolar

(DL 105/2015) - PROC. N.º 6464/2015 - Junta de Freguesia de São Pedro - Pedido de reforço de delegação de competências

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

(DL 106/2015) - PROC. N.º 2311/2015 - Informação - Setor Empresarial Local - Orçamentos para o ano 2016

#### DIVISÃO FINANCEIRA

(DL 107/2015) - PROC. N.º 2280/2015 - Proposta de deliberação - Autorização prévia no âmbito da lei dos Compromissos

(DL 108/2015) - PROC. N.º 2289/2015 - Proposta de deliberação - Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2016

#### OPERAÇÕES DE TESOURARIA

- Balancete

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tendo declarado aberta a reunião, o presidente da Câmara Municipal deu a palavra à vereadora Sabrina Furtado que referiu-se à manifestação que se realizou no passado dia 8 de novembro em defesa do campo de jogos da Mãe de Deus, tendo a este propósito mencionado que algumas pessoas que estiveram na manifestação e que foram mentoras da mesma lhe disseram não ter conseguido falar com o presidente da Câmara Municipal, perguntando a este se alguma vez falou com aquelas pessoas e qual o ponto da situação deste assunto.-----

O presidente da Câmara Municipal esclareceu que o que foi reportado pela vereadora Sabrina Furtado não corresponde à verdade já que por diversas vezes recebeu o Vasco da Gama e sempre disse a mesma coisa: a recuperação do campo de jogos da Mãe de Deus para a prática de futebol de onze jamais foi um compromisso eleitoral seu e da sua equipa, pois, para além de saberem que não haveria dinheiro para o Campo de Jogos da Mãe de Deus, defendem outro projeto para aquele espaço.-----

Prosseguiu, afirmando ter manifestado ao Vasco da Gama que se houvesse programa comunitário para suportar as obras de recuperação do campo de jogos, estaria disposto a considerar o assunto, sendo que a direção do clube expressou a vontade de fazer a obra, acrescentado o presidente da Câmara, não saber como.-----

Reafirmou que se lhe for apresentado um projeto concreto com financiamento adequado, está na disposição de considerar.-----

Esclareceu que no seu programa eleitoral está inscrito um projeto que integra o espaço em apreço no âmbito de um novo edifício para a escola profissional e em que a vertente desportiva é partilhável com a EBS de Vila Franca do Campo. Porém, acrescentou, nem o quadro comunitário, nem o programa do governo regional, contemplam a escola profissional, sendo evidente que se tivesse dinheiro, fazia o campo de futebol e que se fosse possível candidatá-lo, fá-lo-ia.-----

Concluiu afirmando que a Câmara Municipal, por si só, não dispõe de capacidade financeira para o efeito, estando por isso este assunto, neste mandato, fora das suas prioridades para o concelho para além de não crer ser uma solução viável a apresentada por alguns dirigentes desportivos, que dizem recuperar o campo, com custo zero para a autarquia, podendo até ser posta em causa a segurança de quem o utiliza. E que não vai fazer um campo de futebol para meia dúzia de veteranos jogarem ao fim-de-semana. -----

A vereadora Sabrina Furtado perguntou se não seria possível enquadrar as obras do campo de futebol num fundo comunitário.-----

O presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que o programa PO Açores 2020, não admite candidatar campos de futebol. Recordou que no PDM está previsto um local para campo de futebol junto

ao parque empresarial, que foi fruto de uma decisão da Câmara Municipal anterior e que apresenta dificuldades técnicas complexas originadas pela irregularidade do terreno.-----

Continuou sublinhando que o concelho de Vila Franca do Campo deve ser o concelho da ilha que investiu na área desportiva, recordando o pavilhão multiusos e o campo de jogos de Ponta Garça como exemplos desse investimento e que se analisarmos isso numa perspetiva de ilha, constatamos que em quase todos os concelhos existem campos de futebol abandonados, fruto de mutações na área desportiva, nomeadamente, no que respeita ao futebol de onze.-----

Acrescentou que importa referir que existindo um campo de futebol de onze na freguesia de Ponta Garça, até ao presente, surgiu uma equipa de futebol de onze, pelo que não se irá fazer campos de futebol para não terem equipas ou para servir apenas alguns adeptos da prática daquele desporto.-----

A vereadora Sabrina Furtado, referindo-se ainda ao Clube Vasco da Gama, mencionou o facto de o mesmo ter muitas dificuldades em suportar os custos com o transporte dos seus atletas para o campo de jogos de Ponta Garça, inquirindo sobre o que era possível fazer para ajudar aquela instituição, de modo a evitar que mais um clube acabe em Vila Franca do Campo.-----

O presidente da Câmara Municipal respondeu referindo que basta olhar para a proposta de orçamento presente à reunião para se ficar a conhecer a real situação financeira da autarquia. Recordou que o Vasco da Gama tem tido apoio diferenciado mais positivo do que o Bota Fogo, precisamente por isso e que para aumentar o que é dado ao Vasco da Gama será necessário diminuir os apoios a prestar às outras coletividades do concelho pois, não há mais dinheiro para transferir para as associações.-----

O vereador Gonçalo Dias usou da palavra para manifestar a sua preocupação com as crianças vilafranquenses que querendo praticar desporto têm de se deslocar para a lagoa ou para Ponta Delgada, pois no concelho faltam as instalações e as escolas de formação e isto, em seu entender revela que a questão não se coloca apenas ao nível das equipas seniores, também afeta os mais novos.-----

O presidente da Câmara Municipal apelou aos vereadores da oposição que se focassem na proposta de plano e orçamento que se traz à presente reunião e que fizessem propostas concretas de alteração ou de inclusão e que cada um assumisse as suas responsabilidades políticas. Sublinhou que considera legítimas as preocupações manifestadas pelos vereadores da PSD mas não basta apontar, é preciso propor medidas concretas e financeiramente sustentadas, disponibilizando-se para as equacionar e executar caso as soluções sirvam os interesses da autarquia e dos vilafranquenses.-----

A vereadora Sabrina Furtado interveio para perguntar ao presidente da Câmara Municipal se já havia reunido com o presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, conforme oportunamente anunciou, e em caso afirmativo, se poderia informar a Câmara sobre o resultado da reunião.-----

O presidente da Câmara Municipal confirmou a realização da reunião, e disse ter proposto ceder à freguesia as instalações da segunda casa mortuária, para que fosse candidatada, toda a obra, ao

programa comunitário Prorural +, comprometendo-se a Câmara Municipal a defender o projeto na ASDERP. Em consequência, haverá um encontro de contas entre o que for recebido e aquilo que já foi investido pela autarquia, verba que será destinada a candidatar as obras de conclusão da capela da Luz eterna.-----

A vereadora Sabrina Furtado declarou parecer-lhe razoável a proposta feita pela Câmara Municipal.-----

De seguida o presidente da Câmara Municipal solicitou que fossem substituídos a documentação referente ao processo de apresentação do plano e orçamento da empresa Gesquelhas, SA, pelo facto de nos mesmos não estar inscrita a verba de 800 mil euros que no âmbito do Fundo de Apoio Municipal/Plano de Ajustamento Municipal está consagrada para os trabalhos de requalificação do pavilhão multiusos.-----

Acrescentou também que teve uma audiência no Tribunal de Contas para apresentar o Plano de Ajustamento Municipal a visto, o qual deverá ser emitido no prazo de 30 dias, salvo verificar-se facto suspensivo do mesmo.-----

Por último informou a Câmara que na sequência de reunião tida com o ROC Dr. Martins da Cunha, foi possível esclarecer as reticências colocadas pela autarquia quanto ao termo “segurança moderada” presente no parecer legal de contas da autarquia e entidades do setor empresarial local, sendo que tal resulta da própria prática de certificação legal da contas em que, no período referente ao primeiro semestre, se diz ter sido o trabalho realizado com segurança moderada uma vez que ainda não está disponível toda a informação referente ao período anual do exercício económico, contrariamente ao que acontece nos documentos de contas finais e que pela ausência de obrigação de serem ouvidos os fornecedores, a segurança segue moderada.-----

Solicitou ao ROC que sejam qual fossem os motivos, que explicasse fundamentadamente, por escrito.

A vereadora Sabrina Furtado solicitou que os vereadores do PSD tomem conhecimento, da fundamentação do ROC.

## **ORDEM DO DIA**

### **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**

**(DL 100/2015) - PROC. N.º 553/2015 – JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRA SECA – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – TRANSPORTE ESCOLAR** – Foi presente à reunião o pedido de delegação de competências enviado pela Junta de Freguesia de São Pedro, através do seu ofício n.º 01/2015, de 20.01.2015. A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta de delegação de competências

solicitada, a qual terá um suporte financeiro no montante de €1.250,00 (mil duzentos e cinquenta euros), remetendo o processo para apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

A vereadora Sabrina Furtado justificou o voto favorável dos vereadores do PSD referindo que os mesmos estarão sempre solidários com todas as medidas destinadas a ajudar as freguesias do concelho a cumprirem os seus fins. -----

**(DL 101/2015) - PROC. N.º 1043/2015 – JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA D’ ALTO – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ACORDOS DE EXECUÇÃO – TRANSPORTES ESCOLARES** – Pela Junta de Freguesia de Água d’ Alto, foi enviada, através do seu ofício n.º 09/2015, de 11.02.2015, a proposta de celebração de contratos e delegação de competências para transportes escolares, a qual foi presente à reunião. A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta de delegação de competências solicitada, a qual terá um suporte financeiro no montante de €4.000,00 (quatro mil euros), remetendo o processo para apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

A vereadora Sabrina Furtado justificou o voto favorável dos vereadores do PSD referindo que os mesmos estarão sempre solidários com todas as medidas destinadas a ajudar as freguesias do concelho a cumprirem os seus fins. -----

**(DL 102/2015) - PROC. N.º 1801/2015 – JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO MIGUEL – SOLICITAÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS 2015 – MANUTENÇÃO DO RELÓGIO MUNICIPAL** – A Junta de Freguesia de São Miguel, através do ofício ref. 19/2015, de 16.03.2015, solicitou à CM a delegação de competências para manutenção do relógio municipal. A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta de delegação de competências solicitada, a qual terá um suporte financeiro no montante de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), remetendo o processo para apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

A vereadora Sabrina Furtado justificou o voto favorável dos vereadores do PSD referindo que os mesmos estarão sempre solidários com todas as medidas destinadas a ajudar as freguesias do concelho a cumprirem os seus fins. -----

**(DL 103/2015) - PROC. N.º 5015/2015 – JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA D’ ALTO – REPARAÇÃO DO "FONTANÁRIO DA BICA" – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO** – A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta de delegação de competências solicitada pela Junta de Freguesia de Água d’ Alto, através do seu ofício n.º 54/2015, de 30.07.2015, a qual terá um suporte financeiro no montante de €2.000,00 (dois mil euros), remetendo o processo para apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

A vereadora Sabrina Furtado justificou o voto favorável dos vereadores do PSD referindo que os mesmos estarão sempre solidários com todas as medidas destinadas a ajudar as freguesias do concelho a cumprirem os seus fins. -----

**(DL 104/2015) - PROC. N.º 5534/2015 – JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRA DAS TAINHAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – TRANSPORTE ESCOLAR** – Pela Junta de Freguesia de Ribeira das Tainhas, através do ofício ref. 96/2015, foi solicitada a delegação de competências para

realização do transporte escolar naquela freguesia. A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta de delegação de competências solicitada, a qual terá um suporte financeiro no montante de €1.250,00 (mil duzentos e cinquenta euros), remetendo o processo para apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

A vereadora Sabrina Furtado justificou o voto favorável dos vereadores do PSD referindo que os mesmos estarão sempre solidários com todas as medidas destinadas a ajudar as freguesias do concelho a cumprirem os seus fins. -----

**(DL 105/2015) - PROC. N.º 6464/2015 – JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO – PEDIDO DE REFORÇO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** - A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta de delegação de competências solicitada pela Junta de Freguesia de São Pedro, através do ofício com referência 104 27.10.2015, a qual terá um suporte financeiro no montante de €2.000,00 (dois mil euros), remetendo o processo para apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----  
A vereadora Sabrina Furtado justificou o voto favorável dos vereadores do PSD referindo que os mesmos estarão sempre solidários com todas as medidas destinadas a ajudar as freguesias do concelho a cumprirem os seus fins. -----

## **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL**

**(DL 106/2015) - PROC. N.º 2311/2015 – INFORMAÇÃO – SETOR EMPRESARIAL LOCAL – ORÇAMENTO PARA O ANO 2016** – Foram presentes à reunião os Planos e Orçamentos das entidades do Setor Empresarial Local, Gesquelhas, SA; Atlântico Vila, SA; Fundação Escola Profissional de Vila Franca do Campo; SDVF - SA; Vila Solidária, EM; VFC - Empreendimentos, EM e Marina da Vila, EM.-----

O presidente da Câmara Municipal referiu que a grande parte das empresas municipais preveem resultados negativos. Recordou que antes era legalmente possível à Câmara Municipal fazer transferências para as empresas e entidades do SEL. Depois, passou a ser possível fazer transferências para cobertura de prejuízos e agora, toda e qualquer transferência é proibida. Assim, concluiu, restam dois caminhos: a internalização ou a falência, o que pode vir a acontecer caso o Tribunal de Contas não emita o visto sobre o Plano de Ajustamento Municipal.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

## **DIVISÃO FINANCEIRA**

**(DL 107/2015) - PROC. N.º 2280/2015 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS** - Conforme determina a alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimentos ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, e conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, está sujeita a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela Assembleia Municipal que poderá ser dada

aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. -----  
Nestes termos foi presente à reunião a proposta de assunção de compromissos plurianuais detalhados nas Grandes Opções do Plano. -----  
A Câmara deliberou aprovar o documento apresentado, remetendo o mesmo para apreciação e votação da Assembleia Municipal. Abstiveram-se os vereadores eleitos pelo PSD. -----

**(DL 108/2015) - PROC. N.º 2289/2015 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO 2016** – O presidente da Câmara Municipal fez a apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da autarquia para o ano de 2016, referindo que os documentos apresentados refletem as opções feitas e consubstanciadas no Plano de Ajustamento Municipal que está a aguardar o visto do Tribunal de Contas. -----

Destacou quatro grandes eixos, a saber: compromissos financeiros e juros - € 3.031.681,00; despesas com pessoal – € 2.528.785,00, na qual se inclui um esforço financeiro de superior a 160 mil euros destinado aos programas ocupacionais promovidos pela autarquia visando a coesão social do concelho, e ainda as verbas destinadas a previsões de investimento por via da eventual utilização de fundos comunitários que se expressam em 4 áreas: construção da via alternativa a Ponta Garça; o alargamento do parque industrial modernização administrativa, designadamente com a renovação da infraestrutura informática do município, bem como com a criação de um balcão único nos Paços do Concelho e em Ponta Garça, a instalação de um elevador na Câmara Municipal em conformidade com a exigência legal há muito imposta pela denominada “Lei das acessibilidades” (Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto) e a requalificação da Av. Vasco da Silveira, através de uma intervenção estrutural na zona de encontro com o molhe de proteção ao cais de pesca, bem como do arranjo da zona marginal e recuperação do antigo barracão. -----

Prosseguiu o presidente da Câmara Municipal para perguntar aos vereadores do PSD se tinham alguma sugestão a fazer no âmbito do orçamento para 2016. -----

A vereadora Sabrina Furtado declarou que concorda quando o presidente da Câmara Municipal diz que a prioridade são as pessoas, pelo que não considera a modernização administrativa como uma prioridade nos tempos que correm e que deviam ser reforçadas as delegações de competências para as Juntas de Freguesias que só têm globalmente 30.000 euros e o Fundo de Emergência Social que só tem destinado 50.000 euros anuais. -----

O presidente da Câmara Municipal explicou o modo de funcionamento do programa operacional denominado PO Açores 2020 e os respetivos requisitos e exigências para efeitos de aproveitamento racional dos financiamentos naqueles inscritos e que as propostas apresentadas pelo executivo resultam de um exercício de aproveitamento máximo daqueles recursos financeiros, designadamente porque a verba afeta aquele fundo comunitário é dividida em 50% para os primeiros quatro eixos e 50% para os restantes. Para além da pretendida candidatura do processo de alargamento do parque industrial, não tínhamos nenhuma outra iniciativa que se enquadrasse nos primeiros quatro eixos, a não ser a modernização administrativa, pelo que, das duas, uma: ou se aproveita estes fundos comunitários para se operar uma melhoria na comunicação entre os municípios e a Câmara Municipal, ou serão desperdiçados os cerca de três milhões de euros afetos a estes quatro eixos do PO Açores 2020. -----

A vereadora Sabrina Furtado perguntou por que razão em diversos capítulos do orçamento se verifica a

existência de rubricas com a denominação de “Outros”, chamando a atenção para um, com valores que considerou avultados de 187.000 euros, ao que o presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo tratar-se de linguagem técnica habitual em matéria orçamental e que de forma geral configuram previsões de várias matérias incertas, tais como prestações de serviço, algumas aquisições, e avenças da Câmara Municipal, como 1 advogado, 1 veterinário, 1 engenheiro e 1 arquiteto, cuja necessidade se verifica pelo facto de em sua opinião, o arquiteto da Câmara não obstante fazer bem o trabalho que tem de fazer ao nível do Gabinete Técnico e da apreciação dos projetos dos particulares face ao PDM e à lei, mas não desempenha funções ao nível da criação de projetos da iniciativa da Câmara Municipal como o foram, entre outros, o Terminal de Camionagem e o edifício da nova Biblioteca a Arquivo, tendo por isso de recorrer ao arquiteto avençado. -----

A vereadora Sabrina Furtado perguntou também se em matéria de delegação de competências nas freguesias se encontram definidos os critérios de atribuição das verbas e se haverá condições para reforçar o FES – Fundo de Emergência Social, utilizando recursos que estão aplicados, por exemplo no aluguer de um armazém no parque industrial, por 3500 euros mensais e através da diminuição das despesas correntes da autarquia. -----

O Presidente da Câmara justificou que o armazém é necessário para por peças do museu quando este entrar em obras, bem como porque nos últimos 2 anos, existem mais de 160 trabalhadores ocupados em serviços da Câmara Municipal e as instalações existentes eram exíguas para enquadrar essa mais do que duplicação do número de servidores públicos. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu afirmando que em matéria de delegação de competências nas freguesias, se manterá os critérios aplicados no presente ano e que no que concerne ao FES, gostaria muito de proceder ao seu reforço, mas reconhece não ser fácil fazê-lo tendo em conta as rígidas limitações financeiras existentes. -----

Prosseguiu o presidente da Câmara Municipal para referir ser aquele o momento para os vereadores do PSD dizerem que não concordam com as propostas apresentadas pela maioria que suporta o executivo e que têm outras e como tal as devem apresentar. -----

A vereadora Sabrina Furtado disse que estão claras as propostas do PSD. Distribuir melhor os recursos de gestão corrente da autarquia para reforçar o Fundo de Emergência Social e as Delegações de Competências. -----

O vereador Gonçalo Dias interveio para dizer que pelas explicações dadas pelo presidente da Câmara Municipal entendeu bem a débil situação financeira da autarquia e as limitações que isso cria. -----

Submetida a votação a proposta das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016, a Câmara deliberou aprovar os documentos apresentados, remetendo os mesmos para apreciação e votação da assembleia municipal. Votaram contra os vereadores eleitos pelo PSD, que apresentada a seguinte declaração de voto: -----

- “- Considerando que este é o 3º orçamento apresentado por este executivo municipal;*
- Considerando que este além do FAM, não tem grandes novidades*
- Considerando que é uma cópia da constante falta de criatividade e inoperância do actual executivo;*
- Considerando que a maioria das promessas eleitorais da maioria socialista, continuam sem estar contempladas nos sucessivos orçamentos;*
- Considerando que a desculpabilização dos encargos financeiros também é recorrente;*

- Considerando o conhecimento real da situação da Câmara Municipal aquando da candidatura deste executivo, tantas vezes referido.
- Considerando que, mesmo com poucos recursos disponíveis, a distribuição equitativa é fundamental;
- Considerando que pelos valores contemplados para delegações de competências de apenas 30.000, não é um orçamento amigo das freguesias;
- Considerando que por obrigatoriedade do acordo celebrado, todas estas taxas têm de estar no máximo, traduzindo-se num esforço financeiro acrescido para as pessoas, devia o executivo municipal, tentar compensar através de medidas implementadas e por serviços prestados pela própria câmara forma de aliviar os encargos dos munícipes, como por exemplo, nas contas de fornecimento de água, mas que para encontrar soluções comuns e viáveis, podemos todos sentar-nos à mesa e discuti-las,
- Considerando que para tornar isto possível podia-se perfeitamente realocar recursos que vão ser utilizados na construção de um elevador na Câmara Municipal, que não cremos ser prioridade;
- Considerando que para o Fundo de Emergência Social apenas estão destinados 50.000 euros
- Considerando que a juventude do nosso concelho, no que diz respeito a atividades para a mesma, está esquecida
- Considerando que o desporto no nosso concelho está deixado ao abandono;
- Considerando que, com o argumento de que não há dinheiro, a situação global do concelho inteiro vai-se degradando a cada dia que passa;
- Considerando que o argumento de que não há dinheiro só serve às vezes;
- Dando o exemplo do aluguer de um armazém pela câmara municipal no parque industrial, por cerca de 3500 euros por mês, que continua com pouca ou nenhuma utilização
- Considerando que as despesas correntes da autarquia são elevadíssimas e que deveriam ser reavaliadas, como por exemplo algumas avenças.
- *Votam contra esta proposta de plano e orçamento para 2016 os vereadores eleitos pelo PSD.* -----

O presidente da Câmara Municipal declarou que a postura do PSD revela ignorância da realidade e da lei, pois em caso algum o quadro legal em vigor e as obrigações assumidas pela autarquia no âmbito do programa de reequilíbrio financeiro e do Plano de Ajustamento Municipal permitem, reduções, isenções e outras benesses em matéria de taxas, tarifas e preços. -----

Desafiou os vereadores do PSD para que apresentassem as propostas que julgassem adequadas às suas pretensões naquela matéria, que o PS se absteria, lembrando que seriam política e pessoalmente responsáveis pela ilegalidade das mesmas. -----

Concluiu dizendo reconhecer a legitimidade que está subjacente à postura dos vereadores do PSD, mas a mesma é incoerente por não apresentar alternativas válidas, resultando daí que o PSD ao votar contra a proposta de opções de plano e orçamento para 2016, vota contra a estrada alternativa de Ponta Garça e ao alargamento do parque industrial. -----

A vereadora Sabrina Furtado conclui dizendo que o Presidente da Câmara pode usar este argumento para tentar descredibilizar o PSD e que, quando ou se utilizar este argumento, o PSD argumentará em consequência. -----

## **RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**

- **BALANCETE** - Foi presente a esta reunião o Balancete da Tesouraria Municipal, referente ao dia 11 de novembro, na importância de 824 289,46 € (oitocentos e vinte e quatro mil, duzentos e oitenta e nove euros e quarenta e seis cêntimos). -----

----- Estes assuntos foram aprovados em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata. -----

----- Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 11:55, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Duarte Manuel Carreiro Pacheco Pimentel, Chefe de Divisão Administrativa e Operacional, mandei escrever e subscrevo. -----

----- Declaro ainda que a presente ata contém doze folhas. -----